

**A ESCRAVIDÃO NO BRASIL VISTA PELOS ESTRANGEIROS: DANIEL PARISH KIDDER, LUÍS AGASSIZ, ELIZABETH CARY AGASSIZ E OSCAR CANSTATT**

**LA ESCLAVITUD EN BRASIL VISTA POR LOS EXTRANJEROS: DANIEL PARISH KIDDER, LUIS AGASSIZ, ELIZABETH CARY AGASSIZ Y OSCAR CANSTATT**

**SLAVERY IN BRAZIL SEEN BY FOREIGNERS: DANIEL PARISH KIDDER, LUIS AGASSIZ, ELIZABETH CARY AGASSIZ AND OSCAR CANSTATT**

Adelmir Fiabani\*

**Resumo**

Após a chegada dos portugueses no Brasil, vários estrangeiros de diferentes nacionalidades visitaram nossas terras por diversos motivos. Alguns vieram a convite das autoridades coloniais para diagnosticar supostas potencialidades da nova terra. Outros viajaram pelo interior do país a fim de ampliar suas pesquisas – fauna e flora. Também chegaram olheiros interessados nas riquezas minerais. Os relatórios dessas viagens, pinturas, rabiscos, desenhos compõem rico acervo para o trabalho do historiador. Este artigo aborda o olhar dos estrangeiros: Daniel Parish Kidder, Luís Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz e Oscar Canstatt no tocante à escravidão. Os relatos desses viajantes merecem profundo cuidado sobre a veracidade dos acontecimentos, pois havia outros interesses em jogo. No entanto, as ausências, 'maquiagens' e 'excessos' fazem parte do fato histórico. Cabe ao historiador identificá-las e analisá-las sob as regras do método histórico.

**Palavras-chave:** Viajantes / Escravidão / História do Brasil

**Resumen**

Después de la llegada de los portugueses a Brasil, varios extranjeros de diferentes nacionalidades, visitaron nuestras tierras por diversos motivos. Algunos vinieron a invitación de las autoridades coloniales para diagnosticar supuestas potencialidades de la nueva tierra. Otros viajaron por el interior del país a fin de ampliar sus investigaciones sobre fauna y flora. También llegaron ojos interesados en las riquezas minerales. Los informes de estos viajes, pinturas, garabatos, diseños componen un rico acervo para el trabajo del historiador. Este artículo aborda la mirada de los extranjeros Daniel Parish Kidder, Luis Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz y Oscar Canstatt, en cuanto a la esclavitud. Los relatos de estos viajeros merecen un profundo cuidado sobre la veracidad de los acontecimientos, pues había otros intereses en juego. Sin embargo, las ausencias, los “*maquillajes*” y los “*excesos*”, forman parte del hecho histórico. Cabe al historiador identificarlos y analizarlos bajo las reglas del método histórico.

**Palabras clave:** Viajeros / Esclavitud / Historia de Brasil

---

\* Doutor em História, professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo.

### **Abstract**

After the arrival of the Portuguese in Brazil, several foreigners of different nationalities visited our lands for various reasons. Some came at the invitation of the colonial authorities to diagnose alleged potentialities of the new land. Others traveled through the interior of the country to expand their research – fauna and flora. Also came scouts interested in mineral riches. The reports of these journeys, paintings, scribbles, drawings make a rich collection for the work of the historian. This article addresses the look of the foreigners: Daniel Parish Kidder, Luis Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz and Oscar Canstatt regarding slavery. The reports of these travelers deserve careful attention to the truth of events, since there were other interests involved. However, absences, 'make-ups' and 'excesses' are part of the historical fact. It is up to the historian to identify and analyze them under the rules of the historical method.

**Keywords:** Travelers / Slavery / History of Brazil

[Recibido: 17/10/2017 – Aceptado: 7/12/2017]

### **Introdução**

Os portugueses não foram os únicos que adentraram nas terras dos tupiniquins e deixaram registros. Nas primeiras décadas do século XVI, os franceses pontilharam nosso litoral em busca de pau-brasil, metais preciosos e também legaram importantes documentos. De 1630 a 1654, os holandeses dominaram parte do território português na América e foram mais precisos, minuciosos e deixaram riquíssima produção historiográfica sobre o Brasil. Outros representantes de países europeus percorreram nosso país, sobretudo, na região das minas e adjacentes, em busca de informações sobre a presença de metais preciosos.

De 1500 a 1808, não tivemos grande afluxo de viajantes, visto que Portugal proibira a presença de estrangeiros nas terras coloniais. Os registros resumem-se aos documentos produzidos pelos povos acima citados. “*São descrições breves [...] produzidas por visitantes que permaneceram poucos meses – por vezes semanas ou apenas dias – ancorados em portos brasileiros*” (Pinheiro, 2010, p. 10). Com a abertura dos portos às nações amigas, aumentaram as viagens ao Brasil. Profissionais e leigos descreveram os fatos que marcaram suas viagens, alguns pouco elogiosos, pois eram feitos a partir dos padrões culturais europeus; outros, mais aproximados da realidade.

A grande maioria dos viajantes que aqui chegou, procedeu da Europa. Também vieram “*argentinos, uruguaios, chilenos, mexicanos, estadunidenses, árabes e chineses*” (Pinheiro, 2010, p. 11). Este artigo foi construído a partir das anotações do casal suíço/estadunidense Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, do missionário metodista norte-americano Daniel Parish Kidder e do alemão Oscar Canstatt, que discorreram sobre diversos temas, entre eles, a escravidão no Brasil. As observações dos viajantes citados se deram durante o Império, período marcado pelo trabalho escravo, tráfico negreiro, resistência cativa e formação de quilombos. O Estado ainda buscava uma fonte econômica rentável, descobrir minerais ou outras riquezas que fossem aceitas na Europa. Na mesma época, a Igreja Católica era muito influente.

Os escravizadores sabiam do caráter perverso dos seus atos. No entanto, argumentavam que se tratava de ação humanitária, civilizatória e cristianização dos subsaarianos, considerados por eles como seres inferiores. Amparados na suposta superioridade branca, os escravistas não titubiam em submeter povos africanos aos seus domínios.

Não temos a data precisa da entrada dos primeiros cativos na Colônia lusitana, no entanto, há registros da presença de africanos escravizados na expedição de Martin Afonso de Sousa. A escravidão perdurou por quase quatro séculos e deixou marcas que ainda podem ser vistas e sentidas. Basta analisar os indicadores sociais contemporâneos para percebê-las. As relações entre escravistas e escravizados foram marcadas pela violência física e psicológica. Não é por acaso que a população negra concentra-se na base da pirâmide social do Brasil.

### Daniel Parish Kidder

Daniel Parish Kidder, missionário metodista norte-americano, esteve no Brasil de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842. Viajou pelo Nordeste e Amazônia. Suas tendências religiosas determinaram o rumo da sua obra. No entanto, há importantes registros sobre a escravidão no Brasil.

Na época que Kidder viajou pelo Brasil, o Império enfrentava resistências regionais. No Sul, ocorria a Guerra Farroupilha; no Grão-Pará, a Cabanagem; no Maranhão, a Balaiada; na Bahia, a Sabinada. Em 1840, ocorreu a declaração da maioridade de D. Pedro II. Foi um período estremecido, o Estado agiu com violência sobre os revoltosos.

Inicialmente, o missionário refere-se aos cativos carregadores. “*Por isso, veem-se chusmas de negros altos, atléticos, aos pares ou em grupos de quatro ou seis, transportando a carga suspensa em grossos paus*”. Enquanto alguns trabalhavam, outros “*ficam encostados nos madeiros, tecendo palha, deitados nos passeios, dormitando pelas esquinas e dando aos transeuntes a impressão de enormes rolos de negras serpentes, reluzindo ao sol*” (Kidder, 2008, p. 25). O registro sobre o trabalho dos cativos não encobre o preconceito de Kidder com relação ao trabalhador escravizado, comparando-os a “*rolos de negras serpentes*”. A animalização do africano estava no discurso pró-escravidão. Citado por Maria do Rosário Pimentel, o médico francês Daubenton argumentou que o europeu constituía 'modelo de beleza'. “*A configuração do negro, de pele escura e feições deformadas, pelo contrário, quase animalesca*” (Pimentel, 1995, p. 185).

Ainda sobre os trabalhadores escravizados, o missionário voltou a compará-los aos animais. Também insinuou que fossem preguiçosos. “*Os que estão cochilando têm geralmente uma sentinela encarregada de despertá-los, quando procurados por algum serviço, e, ao sinal combinado, levantam-se como elefantes, com sua carga [...]. Seu andar, porém, é sempre tardo e medido qual marcha fúnebre*” (Kidder, 2008, p. 25). Os cativos não se entregavam à exaustão por indolência, mas para poupar-se fisicamente. Segundo o historiador Mário Maestri, “*a debilidade contratual do cativo diante do senhor, que determinava longas e duras jornadas de trabalho, obrigava-o a defender sua própria sobrevivência biológica diminuindo a intensidade do trabalho*” (Maestri, 1998, p. 90).

O missionário norte-americano registrou “*a barbaridade e a crueldade sanguinária*” no tratamento dispensado aos trabalhadores escravizados. Fato que levou “*o rei de Portugal a baixar, em 1700, uma ordem para punir os senhores de escravos que fossem considerados culpados de certos excessos e recomendando que, de futuro, tivessem mais humanidade para com a classe humilde*” (Kidder,

2008, p. 41). Segundo o historiador Solimar Oliveira Lima, os trabalhadores escravizados eram castigados quando cometessem algum delito. “*O sofrimento físico deveria ser levado a cabo, de tal forma que punisse, exemplarmente, o condenado, mas que não acarretasse danos ao senhor*” (Lima, 1998, p. 163). A violência física era aplicada como medida corretiva e exemplo pedagógico aos demais cativos. Castigar com açoites era comum no Brasil escravista.

Em relação ao tráfico, Kidder (2008, p. 43) escreveu: “*O sentimento de repulsa que o tráfico negreiro desperta, atualmente em todos os povos civilizados, está em flagrante contraste com o simulacro de filantropia com que o envolviam, antigamente, os seus promotores*.” No entanto, “*o lucro constituía [...] o objetivo principal desse gênero*”. Segundo o missionário, “*o país precisava de agricultura e os fazendeiros de braços*”, fato que justificou o tráfico. Lamentável a conclusão de Kidder, visto que nada justifica o tráfico e a escravidão. Na mesma época do Brasil escravista, outras nações desenvolveram-se sem o trabalho cativo.

Outra conclusão equivocada de Daniel P. Kidder refere-se à comparação entre o cativo brasileiro e o africano. “*A situação do escravo, no Brasil, não era tão lastimável quanto a de pobres negros da África, aprisionados em guerras entre tribos, os quais seriam certamente torturados e sacrificados se não fossem resgatados a tempo*”. Segundo o missionário, “*que meritória empresa, portanto, a de enviar navios para libertar esses pobres cativos pagãos e trazê-las para onde pudessem se tornar cristãos pelo batismo e auxiliar em seus trabalhos, os próprios libertadores!*” (Kidder, 2008, p. 43).

Nenhuma escravidão foi boa. No entanto, a escravidão praticada na África assemelhava-se à servidão da Antiguidade Clássica, quando o cativo poderia obter a liberdade mediante o pagamento da dívida, cumprimento da pena, etc. diferente do escravismo colonial, quando foram comercializados homens. A partir do fomento europeu, no século XV, a escravização na África adquiriu contornos comerciais. Segundo Jacob Gorender (2010, p. 89), “*o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço*”. Para o historiador, “*a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano*”.

Kidder peca ao insinuar que a situação dos africanos escravizados no Brasil era melhor do que se tivessem permanecido na África. A adesão ao Cristianismo não mudou em nada a vida dos cativos. O batismo não livrou nenhum escravo dos maus tratos. Os trabalhadores escravizados foram violentados ao serem obrigados a abandonar seus cultos e aderir, muitas vezes, contra sua vontade, ao cristianismo. Na verdade, esta foi uma das justificativas para escravizar. “*Na argumentação dos escravistas, a única maneira de converter os negros de modo duradouro era através da escravidão perpétua nas plantações americanas*” (Pimentel, 1995, p. 171). Em outras palavras, os fins justificam os meios.

Em 1823, no período pós-independência do Brasil, a Bahia foi cercada com intuito de forçar os portugueses a se render. Kidder registrou a falta de provisões, sendo que “*os escravos morriam de fome na rua*” (Kidder, 2008, p. 49). Importante informação do missionário estadunidense. Nas rugas das elites, os mais lesados foram os trabalhadores escravizados.

Daniel P. Kidder fez importante análise sobre o papel dos ingleses na proibição do tráfico de cativos.

O que geralmente não se sabe é que apesar dos acentuados esforços feitos no sentido de cerceá-lo, o grande esteio desse tráfico tem sido o próprio capital inglês. Essa é a verdade. Poucos navios negreiros foram armados sem largos créditos de casas britânicas, ante a só garantia dos prováveis lucros na venda de

escravos; e não foi meramente por amor a algum princípio de solidariedade humana que tais créditos foram suspensos, mas pelos contínuos prejuízos que sobreviviam aos traficantes e os impediram de saldar seus compromissos. Foi assim que se defrontaram a filantropia e a ambição britânicas, e, por felicidade, a primeira, em grande parte, triunfou. (Kidder, 2008, p. 74)

A análise lúcida de Kidder expôs os reais motivos da bandeira levantada pelos britânicos. A proibição do tráfico de escravos não se tratava de ato humanitário, mas de interesses comerciais. O fim do tráfico refletiu diretamente no Brasil, quando “*o esfacelamento de comércio tão importante como se tornou o de escravos*”, abalou a vida econômica da Bahia, “*não apenas devido ao número de pessoas que dele se ocupavam, mas ainda, por causa do consumo que até então esse comércio proporcionava aos dois principais produtos da província: pinga e fumo*” (Kidder, 2008, p. 75).

Daniel P. Kidder esteve em Pernambuco e registrou “*um brigue ancorado a pouca distância da barra [...], que ainda não tinha terminado o desembarque de sua carga humana*”. Segundo o missionário, “*esse é um dos recantos preferidos por essa espécie de traficantes, pois aí raramente são incomodados*”. Ainda sobre o tráfico proibido, Kidder (2008, p. 131–132) relatou:

Soubemos então que pouco tempo antes haviam descarregado duas remessas, na praia da ilha, a primeira de trezentos e cinquenta peças e a segunda de quatrocentas. Foi próximo a essa localidade que, por exceção, capturaram recentemente um brigue–escuna. Rumava para o Rio de Janeiro, mas, tenazmente perseguido por uma chalupa de guerra inglesa, o brigue–escuna aportou à ilha e descarregou cento e trinta escravos. Sabedor da ocorrência, o presidente de Pernambuco deu ordem a um brigue de guerra brasileiro para que saísse em perseguição do navio negreiro. Este foi, finalmente, aprisionado e comboiado para o porto. Tinha sido armado na ilha do Príncipe e o que era mais extraordinário é que, tanto capitão como os homens da tripulação, eram negros livres.

O tráfico de cativos estava proibido, no entanto, ocorria naturalmente e o desembarque se dava em outros pontos do litoral. Após 1831, o desembarque de africanos deixou de ser um acontecimento dos grandes portos. Os traficantes tiveram que se adaptar à nova realidade. Segundo Marcus J. M. de Carvalho (2012, p. 230), “*os navios tinham que ficar ao largo, ancorados por vezes a centenas de metros da costa. Os cativos tinham que ser levados em barcos a remo atravessando ondas por vezes muito violentas*”. Os traficantes fugiam da fiscalização e descarregavam em lugares ermos. Sobre a tripulação, não havia nada de extraordinário utilizar negros livres. O historiador Jaime Rodrigues citou a participação de marinheiros escravizados e libertos na composição das equipes. “*O engajamento em navios negreiros podia ocorrer também devido à profissão desses homens [...] Escravos e/ou africanos foram membros de inúmeras tripulações negreiras*” (Rodrigues, 2005, p. 161).

### **Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz**

O casal Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elizabeth Cabot Agassiz visitou o Brasil de abril de 1865 a agosto de 1866. Luís Agassiz foi zoólogo e geólogo de profissão, um dos principais promotores e defensores do racismo científico e do criacionismo, teorias que ocuparam os debates no século XIX. Elizabeth foi pesquisadora da história natural. Acom-

panhou o esposo na expedição ao Brasil, passando pelo Rio de Janeiro, norte do Brasil, nos atuais estados do Pará e Amazonas, no Ceará e regiões adjacentes.

No período que o casal Agassiz visitou o Brasil, o Rio de Janeiro era a capital do Império e principal centro urbano. Na economia, o café estava em primeiro lugar nas exportações. A mão de obra era escrava, a maioria da população não sabia ler e escrever. O norte e nordeste do Brasil apresentavam populações empobrecidas, elevado número de escravizados e muitos indígenas destribalizados.

Na obra *Viagem ao Brasil*, a primeira manifestação dos viajantes Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz refere-se à 'dança' dos trabalhadores escravizados. “*Um grupo de escravos, pretos como azeviche, estava a cantar e dançar o fandango*” (Agassiz, 2000, p. 64–65). Acentua-se na descrição dos viajantes a cor da pele dos bailarinos, comparando-a ao azeviche, que é uma substância mineral com tonalidade mais escura do que a tez do negro. O exagero não é elogio, mas contraponto à cor branca. A cor branca representava a pureza, enquanto o preto, significava o pecado, as trevas, o Diabo, na concepção cristã.

No mesmo registro, os observadores descrevem a dança:

Tanto quando pude compreender, um corifeu abria a dança cantando uma espécie de copla, dirigida a todos os assistentes, um após outro, cada vez mais completava a volta da roda, e em seguida todos a repetiam em coro, com intervalos regulares. Com a continuação, a excitação aumentou e a dança se tornou como que uma exaltação selvagem acompanhada de exclamações e gritos estridentes. Os movimentos do corpo lembram, numa singular combinação, a dança dos nossos negros e dos espanhóis. Dos pés até a cintura, eram aqueles movimentos curtos, sacudidos, de membros, e essa torção de pernas, próprios dos negros das nossas plantações, enquanto que o tronco e os braços oscilavam, cadenciados no ritmo tão característico do fandango espanhol. (Agassiz, 2000, p. 64–65)

Percebemos que os viajantes ignoram a beleza da dança e tratam a manifestação artística como um lampejo 'selvagem'. Na verdade, a sintonia entre o 'líder' da dança e o grupo que o acompanha não é devidamente reconhecida pelos observadores. Ainda sobre a dança, Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz concluíram que se tratava de “*exaltação selvagem*” acompanhada de “*exclamações*” e “*gritos estridentes*”. Há forte tendência de inferiorização da arte e desumanização dos negros cativos.

Desqualificar o africano não foi uma atitude isolada de Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz. Ainda no início do século XVI, em 1520, o padre Francisco Álvares, em contato com a Abissínia, ficou chocado com a nudez dos corpos. Nos finais do século XVIII, Baudry–Deslozières descreveu a sociedade negra (África) como um “*mundo infernal de práticas monstruosas, onde imperava apenas a lei da crueldade do mais forte, em que a existência dos homens se comparava à das bestas, sem qualquer substrato intelectual ou espiritual*” (Daudry–Deslozières; Pimentel, 1995, p. 161). Aproximar os africanos dos animais era uma estratégia para justificar a escravidão.

O casal Agassiz não economizou palavras depreciativas aos negros que dançavam. Quanto à fisionomia, qualificaram-nos como “*desinteligentes*” e fizeram uma indagação: “*Que farão essas criaturas do dom precioso da liberdade?*” Na verdade, o fim da servidão preocupava a sociedade escravista, pois o grosso do trabalho era feito pelos cativos. O modo de produção instituído no Brasil abalizado no latifúndio e monocultura para exportação não teria

êxito sem a mão de obra escrava. Quanto à preocupação dos viajantes para com o futuro dos ex-cativos, que, segundo os mesmos, não saberiam o que fazer com a liberdade, tratava-se da ideologia eurocêntrica de hierarquia das raças, ou seja, os negros não saberiam viver em liberdade e seria necessária a tutela senhorial.

Tratar o negro como incapaz, inferior e sem iniciativa foi estratégia dos escravistas para prolongar a escravidão, quando este regime estava com os dias contados. No Brasil, os argumentos pró-escravatura de 1880, fundamentavam-se na 'incapacidade' do negro. Segundo o historiador Robert Conrad, os discursos convergiam no sentido de que “*os escravos não estavam preparados, por educação e experiência, para uma rápida emancipação*” (Conrad, 1978, p. 203–204). Não tinham “*outra ambição que a de libertar-se de um trabalho que nada lhe produz senão fadiga*” (Nabuco; Conrad, 1978, p. 203–204).

Ainda sobre a relação, escravistas e escravizados, o casal Agassiz culpou os negros. “*Pense-se o que se quiser dos negros e da escravidão, sua perniciosa influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém*” (Agassiz, 2000, p. 66–67). Culpar o negro é o caminho mais curto para justificar as atrocidades cometidas pelo escravizador. O negro aparece como responsável pelos maus hábitos, influência perniciosa aos filhos dos senhores, como indutor das práticas sexuais extraconjugais e outros. A escravidão foi um regime perverso que se sustentou no domínio de um ser sobre o outro, em condição de propriedade, onde o proprietário tinha plenos direitos sobre o corpo do 'bem'.

Sobre os trabalhadores escravizados, os viajantes descrevem como se vestem e destacam a habilidade para carregar objetos sobre a cabeça. “*Aqui, os pretos carregadores seminus, rígidos e firmes como estátuas de bronze, sob os pesados fardos que carregam na cabeça e parecem estar aparafusados no seu crânio*”. Impressionados com a beleza da mulher mina, relataram: “*cruzamos na rua como uma preta (sic) toda vestida de branco, no colo e os braços nus, com as mangas arregaçadas e presas numa espécie de bracelete*”. Segundo os viajantes, “*estava a cabeça coberta por um enorme turbante de musselina branca e trazia a tiracolo sobre os ombros um xale comprido de vivas cores, caindo até quase os pés*” (Agassiz, 2000, p. 67). O casal Agassiz ateu-se à exceção, pois a maioria das trabalhadoras escravizadas vestia-se mal e não portavam adornos presos ao corpo. Recebiam o mínimo de roupas e alimentos, pois deveriam proporcionar lucro ao escravista.

Em descrição próxima do real, referiram-se a “*outra preta (sic) quase sem roupa, sentada nas pedras da calçada, com seu filho nu adormecido nos joelhos, deixava luzir ao sol a sua pele escura e lustrosa*”. Também descreveu o trabalho de um cativo de ganho. “*Um negro de formas robustas está em frente da rua; com seus braços de ébano cruzados sobre um cesto cheio de flores vermelhas, laranjas e bananas, está quase dormindo, indolente demais para fazer um simples aceno ao comprador*” (Agassiz, 2000, p. 68).

Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz manifestaram preconceito em relação ao trabalhador escravizado, quando o classificaram como “*indolente*”. O cativo não produzia por ser escravo, não por ser negro. No quilombo, o ex-cativo mostrou-se exímio trabalhador. Segundo Moura, “*era por ser escravo, não por ser negro, que ele produzia pouco e mal nas plantações e nos engenbos*” (Moura, 2009, p. 40). Há relatórios das tropas destruidoras de quilombos, onde foram encontradas roças bem feitas e produtos estocados, como por exemplo, farinha de mandioca. Ressaltamos que o excedente também servia para trocas com a sociedade extraquilombo.

O casal Agassiz discutiu com o Sr. Sinimbu<sup>1</sup> o futuro dos cativos se fosse abolida a escravidão. “*Os brasileiros, com efeito, ensaiam gradualmente e, uma após outra, as experiências que fomos forçados a fazer bruscamente e sem estarmos de forma alguma, preparados para elas*” (Agassiz, 2000, 143–144). Luís Agassiz referiu-se ao processo abolicionista norte-americano, deixando transparecer que a classe escravista estadunidense não estava preparada para o fim do cativo. O viajante temia pela possibilidade de ascensão dos negros livre a funções 'destinadas' às elites coloniais, caso a escravidão tivesse fim naquele momento.

Ausência de toda restrição em relação aos pretos livres, sua ilegibilidade para as funções, o fato de que todas as carreiras, todas as profissões lhes são abertas, sem que o preconceito da cor os persiga, permite que se forme uma opinião sobre a sua capacidade e aptidão para o progresso. (Agassiz, 2000, p. 143–144)

Luís e Elizabeth Agassiz não sabiam que a classe escravista negociava com o Estado um modo para abolir a escravidão sem destinar terra aos ex-cativos ou indenizá-los. Dessa forma, os negros seriam livres juridicamente, mas dependentes da classe escravista, economicamente. Neste sentido, o Senhor Sinimbu revelou “*que o resultado é inteiramente em favor deles*”, ou seja, “*no ponto de vista da inteligência e da atividade, os pretos livres suportam muito bem o confronto com os brasileiros e portugueses*”. O senador Sinimbu acreditava que a emancipação aconteceria gradativamente e por uma série de “*progressos dos quais os primeiros já se fizeram*”. Segundo o senador, “*um grande número de escravos é, todos os anos, libertado pela vontade dos seus senhores; desde muito tempo cessou o tráfico; nessas condições é um resultado inevitável que a escravidão se extinga por si*” (Agassiz, 2000, p. 144).

Preocupado com o futuro do Brasil escravista, Luís Agassiz declarou: “*Infelizmente isto não caminha depressa, e a instituição prossegue, sem parar, na sua obra infernal: a depravação e o enervamento dos pretos como dos brancos*” (Agassiz, 2000, p. 144). Os últimos anos da escravidão no Brasil foram tensos. Avolumaram-se as fugas e a formação dos quilombos. A rebelião cativa, sobretudo no Sudeste, antecipou a Abolição. Agassiz estava coberto de razão quando se referiu à escravidão como “*obra infernal*”. Nada se compara a esse regime. O Brasil foi o último país das Américas a aboli-la, sendo que suas consequências permanecem até os dias atuais.

Em outro momento, Agassiz acusou os trabalhadores escravizados de corromper os filhos da classe escravista. “*Os próprios brasileiros não o negam; a todo instante, ouvem-se de sua parte queixas sobre a necessidade que têm de se separarem de seus filhos para mandá-los educar longe da influência perniciosa dos escravos domésticos*” (Agassiz, 2000, p. 144). Novamente o viajante transfere para o cativo a culpa pelos atos fora dos padrões comportamentais da época. Os jovens, filhos dos senhores, valeram-se do trabalho cativo como seus pais o faziam cotidianamente. Aprenderam pelo exemplo. Os cativos agiam fora dos “*padrões normais*” por serem cativos, onde a busca pela liberdade torna-se uma obsessão constante. Fugir, assassinar, negar o trabalho, sabotar as máquinas, entregar-se aos vícios, atentar contra a própria vida foram reações dos trabalhadores escravizados que não aceitaram esta condição.

---

<sup>1</sup> João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) foi senador pela província de Alagoas.

## Oscar Canstatt

Em 1868, Oscar Canstatt veio ao Brasil para servir ao Estado, como profissional de Agronomia, trabalhou na Comissão Imperial de Agrimensura. Viajou pelo Recife, Salvador, Rio de Janeiro, interior de São Paulo e Minas Gerais e, por último, no sul do Brasil. Naquele momento, a economia brasileira era predominantemente agrícola, o café em franca expansão e, no campo das relações exteriores, nossos soldados guerreavam contra o Paraguai,

Canstatt, simpático à crença da hierarquia das raças, fez breve análise sobre população brasileira com ênfase na miscigenação. Segundo o viajante, “*o número dos brancos, como provavelmente o dos escravos, é apenas aproximado*”, devido à “*impureza*” do sangue dos brancos, “*onde em geral não há um preconceito severo de raça, e todos os descendentes de brancos, que não revelam distintamente na cor a mistura do sangue negro ou do índio, costumam ser considerados brancos*” (Canstatt, 2002, p. 99). A afirmação de Oscar Canstatt acompanha o pensamento de seus contemporâneos. Ainda no século XVIII, surge o paradigma poligenista, fundamentado na divisão em espécies “*que configuraram heranças e aptidões diversas*”. A “*degeneração*” ocorria a partir do cruzamento de raças distintas. A perfectibilidade, para os poligenistas, somente seria encontrada em “*raças puras*” (Barros, 2010, p. 14).

O viajante alemão estava convencido da superioridade intelectual e beleza física do seu povo. Ao descrever os brasileiros, Canstatt fez comparações com os alemães, seus compatriotas. “*No seu todo são os brancos que constituem a estirpe dominante no Império, uma raça morena, pequena, feia, semelhante à dos portugueses, de que em grande parte descendem*”. Entre as mulheres “*só se encontram poucas caras bonitas*” e nos homens “*nota-se a ausência das formas nobres e vigorosas de outras nações austrais*” (Canstatt, 2002, p. 100). A diferença física entre europeus e outros povos, entre brancos e negros, não passaram de cortina de fumaça para encobrir e justificar a dominação dos primeiros sobre os demais. Segundo Maria do Rosário Pimentel, “*a Europa assumia-se como detentora da civilização mais evoluída do mundo e o desenvolvimento de um povo podia assim ser avaliado pelo padrão europeu*” (Pimentel, 1995, p. 187).

Oscar Canstatt atribuiu ao tráfico a presença significativa da população negra no Brasil.

Que os negros sejam tão numerosos no Brasil, explica-se por terem os portugueses, desde a descoberta e também depois, trazido para cá negros de suas feitorias noutras partes do mundo, como escravos, e ainda há poucas décadas muitos capitães de navios faziam comércio lucrativo com os negros, nas costas brasileiras. (Canstatt, 2002, p. 100)

Para Canstatt, “*só a intervenção enérgica, porém não desinteressada, da Inglaterra, pode pôr termo a esse comércio humano, enquanto simultaneamente o governo brasileiro procurava acabar com a escravidão no país*”. O referido viajante seguiu a mesma linha de raciocínio de Daniel P. Kidder, que não havia nada de humanitário na atitude da Grã-Bretanha, mas interesses econômicos ligados à Revolução Industrial em pleno curso na Europa e parte do mundo. Segundo o historiador Augusto Buonicore, desde o início do século XIX “*existia uma forte pressão internacional pela abolição da escravidão nas Américas*”. A Inglaterra, maior potência capitalista da época, “*passou a exigir que países como o Brasil abolissem o tráfico intercontinental de escravos*”. Não por razões humanitárias, mas “*por razões econômicas*”. Conforme Buonicore, “*nos séculos anteriores a burguesia inglesa foi a que mais se beneficiou do tráfico para a América espanhola. Este, inclusive, foi uma das bases para seu rápido processo de acumulação de capital*” (Buonicore, 2010).

Oscar Canstatt fez menção às etnias dos cativos, porém usou o termo 'raça', como era utilizado na época. “[...] encontra-se no Brasil as mais diversas raças negras. Uma das mais fortes e mais bonitas é a dos minas, que se mantém relativamente sem mistura e conserva seus costumes e seu idioma intatos” (Canstatt, 2002, p. 100). Novamente, amparado nos padrões europeus, o viajante classificou os trabalhadores escravizados pelo aspecto físico, atribuindo características positivas aos “*minas*”. Continuou seu relato depreciando os demais cativos:

De resto, a impressão causada pela presença do grande número de negros, sobre o europeu recém-chegado ao Brasil, não é agradável, e só dificilmente ele se habitua à sua convivência. Muitos exemplares e raças são realmente duma fealdade incrível, outros ficam supinamente cômicos com as roupas europeias da moda, e são eles, sobretudo, que nas cidades e demais povoações dão ao país o cunho exótico. Ademais, os sons de seus dialetos enchendo e ferindo os ouvidos com suas notas peculiares parecem mais que animais que de homens. (Canstatt, 2002, p. 100)

Canstatt, no texto acima, revelou estar incomodado com a presença dos negros no Brasil, chamando-o de “*exótico*”. Não suportava o dialeto dos cativos e comparou-os aos animais. Maria do Rosário Pimentel, citou Baudry-Desloziers para elucidar o pensamento dos escravistas coloniais. “*Os senhores serem santos para suportar, entre muitas outras coisas, 'o seu odor fétido e natural, a sua contínua imundice, as suas rebeldias, as suas obscenidades ... e todas características repugnantes da sua espécie'*” (Pimentel, 1995, p. 166).

Oscar Canstatt mostrou-se preconceituoso ao afirmar que “*a negra era para tudo: do eito ao leite*” (Canstatt, 1995, p. 114). A declaração do viajante não pode ser relativizada, devido à época que escreveu. Salvo engano, não há referências semelhantes às mulheres brancas europeias neste mesmo período. Esta afirmação configura o pensamento do escravista colonial, que, pela compra, se tornava proprietário de outro ser e tinha amplos direitos sobre o corpo do mesmo.

Os europeus consideravam-se superiores aos demais povos. Oscar Canstatt não mediu esforços para desqualificar os brasileiros. Segundo o viajante,

Quanto ao caráter dos brasileiros, a preguiça é um de seus característicos, que originalmente talvez não tenha existido na massa da população, antes da introdução dos escravos. [...]. Dos defeitos nacionais, além da preguiça já mencionada, fazem parte a falta de asseio, presunção, superficialidade, desrespeito às leis, e um natural sensualismo que favorece um modo de vida dissoluto (Canstatt, 2002, p. 214).

A escravidão corrompeu o trabalho livre. Robert Conrad foi preciso ao afirmar:

O escravo produzia o sustento de seu dono, o qual, de outro modo, teria de emigrar ou viver na miséria. A pessoa que tivesse sido libertada recentemente evitava todo trabalho e todos os patrões, trabalhando apenas para evitar morrer de fome.

Não era preguiça ou indolência, mas consequência do regime escravista. “*O trabalho, na realidade era considerado, pelas pessoas livres, algo desonroso e digno apenas de servos*” (Conrad, 1978, p. 12–13). Canstatt afirmou que “*aos homens, por sua vez, o costume da terra não permite que*

*levem nas mãos, o mais pequeno objeto, nem mesmo um livro. Isso é considerado trabalho exclusivo de escravos*” (Canstatt, 2002, p. 215). Quanto à falta de asseio, desrespeito às leis, presunção, sensualismo são afirmações do agrônomo alemão, carregadas de menosprezo para com quem não era europeu.

Canstatt continuou a atribuir características negativas ao povo brasileiro. Porém concordou que foi a escravidão que corroeu as bases do trabalho livre. Cativos estropiados pelo excesso de trabalho, castigados pelas longas jornadas, exauridos de tanto labutar eram obrigados a vender ou 'pedir'.

Numa coisa, porém, estão todos de acordo, e é que a escravidão exerceu influência grandemente perniciosa na evolução do caráter do povo. É, sobretudo, no desdém com que é olhado o trabalho e por meio do qual a preguiça parece justificada, que se mostra, por toda parte, retardado o progresso no Brasil. É característico nesse sentido que os donos de escravos deixem só aos negros o trabalho de ganhar o necessário à vida. Para isto os detém nas cidades, aprendendo um ofício, para trabalharem, e com o produto do seu trabalho sustentarem seu senhor. Só uma pequena parte do seu ganho fica para eles. (Canstatt, 2002, p. 214)

A perversidade do regime era tanta, que os senhores não se constrangiam com as formas de exploração do trabalho alheio. Obrigar cativos idosos ao ofício de escravo de ganho não lhes causava desconforto. O poder público foi conivente e deu sustentação ao regime, como, por exemplo, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Até mesmo os escravos velhos, doentes ou aleijados, sabem eles como aproveitar, deixando-os ir mendigar, tirando uma porcentagem de sua colheita, como direito senhoril, que cobram todas as noites. Recentemente a Câmara Municipal do Rio de Janeiro adotou a original deliberação de fornecer licenças para mendigar mediante um imposto. (Canstatt, 2002, p. 215)

Ser dono de cativos e viver do seu trabalho, não era somente uma opção econômica, mas *status* do proprietário aos olhos dos outros. Jacob Gorender foi preciso ao afirmar: “*Nas cidades, a escravidão propiciava ainda duas espécies de renda muito especiais: as 'rendas' de mendicância e de prostituição*” (Gorender, 2010, p. 500). Portanto, neste caso, ao referir-se aos cativos de ganho, Oscar Canstatt não cometeu nenhum exagero, visto que o mesmo fato foi relatado por autores como Luís dos Santos Vilhena, Maria Graham, Perdigão Malheiro, Jorge Benci (Vilhena, 1969; Graham, 1956; Malheiro, 1966; Benci, 1954).

Oscar Canstatt acusou os negros pelas más influências na formação do caráter dos brancos. Neste texto, foi além, culpando as crianças negras.

Alguns usos e costumes do país que se fazem notar na vida pública são peculiares. Entre eles, está a educação das crianças e a situação das senhoras. As primeiras crescem sem nenhuma separação dos filhos das escravas nascidas na casa, e adquirem amiúde os maus costumes dos negrinhos. (Canstatt, 2002, p. 215)

Novamente, o agrônomo utiliza os parâmetros europeus para classificar bons e maus costumes. A escravidão não tinha nada de humanitário, pois permitia a separação do filho

da mãe para que esta fosse alugada como ama de leite. Como falar em maus costumes, se a base das relações era mediada pela violência?

Canstatt retomou a questão da 'pureza' sanguínea. “*Os brasileiros são muito condescendentes com a gente livre de cor, o que pode ser devido ao fato de só poucas famílias brasileiras se poderem gabar de sangue sem mistura.*” Para o viajante,

...quão grande é a mistura de brancos com negros, acarretando a degenerescência da originalmente superior raça caucasiana, é notório; muito menos desmoralizadora, embora também não sem inconvenientes, é a mistura de índios para a essência da população vinda da Europa. (Canstatt, 2002, p. 215)

Novamente, emergiu o discurso da superioridade europeia. Com o mesmo discurso da superioridade branca europeia, Canstatt depreciou a imagens de um grupo de mulheres negras:

A maioria era de negras muito velhas cuja pele preta coriácea parecia caída frouxamente sobre um esqueleto humano. Os dentes alvos brilhando, o olhar desagradavelmente penetrante e os gestos bestiais daquelas mulheres em animada conversa davam ao grupo algo de incomumente repulsivo. (Canstatt, 2002, p. 275)

Canstatt não considerou as condições de trabalho das cativas. Mal alimentadas, mal vestidas, expostas ao tempo, não poderiam apresentar corpos robustos. Os trabalhadores escravizados eram explorados até a exaustão. Segundo Mário Maestri, “*a esperança de vida média útil de um jovem e sandável africano empregado em um engenho açucareiro variava em torno de 10 anos*” (Maestri, 1988, p. 54). Quando não tinham condições para trabalhar nas atividades que dependiam da força física, os cativos eram alforriados ou transformados em escravos de ganho, muitas vezes, não se alimentavam para cumprir o acordo estabelecido com seus senhores.

Em Itaparica, Canstatt registrou importante acontecimento sobre o desembarque clandestino de africanos, por causa da proibição do tráfico.

Itaparica é, de certo modo, famosa, não só devido à sua situação e uberdade, como a certos acontecimentos históricos. O tráfico clandestino de escravos foi por muito tempo feito nas suas praias, quando já havia muito se trabalhava para a extinção deste nefando comércio. Até pelos anos 60 eram introduzidos negros de contrabando nessa ilha, para serem vendidos, embora na margem oposta da baía um navio a vigiasse noite e dia. Contaram-me como, não havia ainda muito tempo, bordejava em torno de Itaparica um navio misterioso, em que não tardaram a reconhecer um negreiro. O navio de sentinela do porto se pôs em movimento, para examiná-lo mais de perto. Viu-se, então, de terra, com espanto, um estranho espetáculo. O navio ameaçado, bom conhecedor daquelas águas, não hesitou, e atirando ao mar 300 dos negros que trazia a bordo, escapuliu como um muçum para o oceano. Os pobres escravos, por felicidade bons nadadores, alcançaram a costa perto. (Canstatt, 2002, p. 286)

A historiografia registra vários desembarques de africanos em lugares estratégicos.<sup>2</sup> Questiona-se no discurso do viajante, nenhum registro de morte por afogamento. Não havia nenhuma criança nesta embarcação? Todos sabiam nadar? Nenhum africano que alcançou a terra firme conseguiu fugir? Sem maiores explicações, Canstatt registrou o destino dos africanos:

Pelas leis brasileiras tornavam-se propriedade do Governo, que, com secreta alegria dos ricos proprietários da Bahia, os encaminhou para a construção da estrada de ferro que acabava de ser iniciada. Os brasileiros souberam ainda tirar partido da escravatura, então não tão largamente ferreteada, aproveitando-se, por outra forma, do acidente. Os proprietários de plantações trocavam secretamente seus velhos escravos imprestáveis pelos recém-chegados trabalhadores da estrada de ferro, sem que o Ministério tivesse notícia da barganha, porquanto o número dos negros salvos continuava a ser o mesmo, nas listas do governo. (Canstatt, 2002, p. 286)

A perversidade da escravidão estava em todos os lados. Apropriar-se da mão de obra que se salvou do naufrágio é um fato normal, no contexto da época. No entanto, são poucos os registros de 'troca' de cativos 'velhos' por outros saudáveis – propriedade do Estado –, como forma de 'renovar' o plantel.

Ao passar pela serra da Mantiqueira, o viajante alemão sentiu-se 'inseguro', pois “*escravos fugidos, a escória de gente de cor, bandos de desertores e criminosos, tinha organizado ali verdadeiras quadrilhas*” (Canstatt, 2002, p. 342). Os quilombos de rapina atacavam viajantes, senhores, comerciantes a fim de obter armas, ouro, ferramentas, dinheiro, etc. Os ex-cativos tomavam para si uma parte do que eles produziram. Não sabemos se o fato descrito por Canstatt referia-se às atividades de um quilombo, no entanto, na região das minas, havia mocambeiros de rapina (Guimarães, 1988).

## Conclusão

Tráfico e escravidão marcaram a História da Humanidade. No Brasil, este regime durou por quase quatro séculos, deixando consequências ainda visíveis e sentidas na sociedade contemporânea. A tardia regulamentação do trabalho doméstico é um exemplo do efeito nocivo que restou da servidão. Os índices que medem o desenvolvimento social no Brasil não mentem. A maioria da população negra é pobre, sofre preconceito, tem acesso restrito à Educação e à saúde.

Os relatos dos viajantes são preciosas fontes para pesquisa, no entanto, como outro documento, necessita de criteriosa análise. Os viajantes escreveram a partir de onde viveram e costumes da sua época. Neste capítulo, tratamos do casal Luís e Elizabeth Agassiz, Daniel P. Kidder e Oscar Canstatt. Luís Agassiz defendeu a poligenia, reprovou a escravidão e acreditava que havia uma única espécie humana, porém com várias raças diferentes. Por acreditar em raças e hierarquia entre elas, referiu-se ao negro como inferior e acentuou

---

<sup>2</sup> Ver. Carvalho, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*, São Paulo, N° 167, p. 223–260, julho/dezembro 2012; Rodrigues, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780–1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

as características físicas de forma negativa, amparado no conceito europeu de beleza. Elizabeth Cary Agassiz foi sua companheira de vida e pesquisadora. Também defendeu a superioridade do branco.

Daniel Parish Kidder, missionário norte-americano, referiu-se ao aspecto físico dos negros, com destaque para as diferenças em relação aos europeus. Em várias oportunidades, comparou as características físicas com os animais. Demonstrou preocupação com a 'incapacidade' do negro lidar com a liberdade caso fosse abolida a escravidão. Condenou o tráfico e identificou os interesses mercantis no empreendimento. Louvou a escravidão moderna como uma condição melhor para os negros se comparada à barbárie africana.

Oscar Canstatt mostrou-se o mais contundente defensor da pureza da raça branca. Manteve o discurso de superioridade europeia, como povo predestinado a dominar o mundo. Culpou os escravos pelos maus costumes e influência perniciosa aos brancos de sangue 'puro'. Repudiou o tráfico e descreveu, com alguns exageros, o desembarque de africanos no tempo da represália britânica. A obra do agrônomo alemão marcou pela ênfase à miscigenação como fator negativo. Encontramos em sua obra citações preconceituosas em relação à mulher negra. A expressão “*do eito ao leito*” não se encaixa em nenhum contexto, exceto no discurso machista, referido à mulher como 'objeto'.

### Referências bibliográficas

- Agassiz, J. L. R. (2000). *Viagem ao Brasil*. [1865–1866]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Barros, Z. dos S. et al (2010). *Educação e relações étnico-raciais*. (Unidade I). Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais.
- Benci, J. (1954). *Economia cristã dos senhores no governo de escravos*. Porto: Apostolado da Imprensa.
- Buonicore, A. A luta pela abolição da escravidão. In: [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=1546&id\\_coluna=10](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1546&id_coluna=10). Acesso em 10-06-2017.
- Canstatt, O. (2002). *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Carvalho, M. J. M. de (2012). O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*, (167), 223–260.
- Conrad, R. (1978). *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Daudry-Deslozieres, Louis Narcise (1802). *Les égaremes du nigrophilisme*, Paris. In: Pimentel, M. do R. (1995). *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri.
- Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1882; Nabuco, Conferência a 22 de junho de 1884, página 32. In: Conrad, R. (1978). *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gorender, J. (2010). *O escravismo colonial*. 4. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Graham, M. (1956). *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Guimarães, C. M. (1988). *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone.

- Kidder, D. P. (2008). *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Lima, S. O. (1998). *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul – 1818 – 1833*. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS.
- Maestri, M. (1988). *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Malheiro, A. P. (1966–1967). *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- Moura, C. (2009). *Os quilombos e a rebelião negra*. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Pimentel, M. do R. (1995). *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinheiro, L. (2010). *O olhar dos viajantes: o Brasil ao natural*. São Paulo: Duetto.
- Rodrigues, J. (2005). *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780–1860)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vilhena, L. dos S. (1969). *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Itapuã.